



Tarcísio segue firme com o plano de privatização

Novembro ficará marcado pelo entreguismo dos serviços públicos

No dia 29 de outubro, quarenta e oito horas após a reeleição do prefeito Ricardo Nunes, apadrinhado por Tarcísio Freitas, ocorreu o leilão na Bolsa de Valores do primeiro lote de 17 escolas públicas. Trata-se da ofensiva do governador direitista de impulsionar o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), financiado pelo BNDES, organismo controlado pelo governo Lula/Aloízio Mercadante. O segundo lote está previsto para 4 de novembro, com mais um bloco de 16 unidades escolares.

Tarcísio com o martelo nas mãos, acompanhado do Secretário da Educação, Renato Feder, entregaram para a iniciativa privada o direito de exploração da educação por 25 anos. Para isso, armou um circo reunindo as empresas interessadas e acionou o martelo para o Consórcio Novas Escolas, constituído pela Engeform Engenharia e o fundo Kinea. A Engeform já tem a expertise nesse ramo de PPI. Faz parte de outros Consórcios que venceram as privatizações de sete cemitérios em São Paulo e a construção de 3.800 moradias na capital, sob o mandato do prefeito Nunes. O consórcio de braços dados com Tarcísio, ao término do leilão, afirmou: “A oportunidade dessa parceria para a construção de escolas é a Copa do Mundo do nosso setor”. Isso se deve ao benefício conseguido de sugar os cofres públicos por mais de duas décadas. Tarcísio, na ocasião, disse que a “gestão pedagógica não está no radar”. Como todo governo privatista de serviços públicos, a entrega é feita por partes, para em seguida ganhar corpo. Tarcísio iniciou com 33 escolas, abocanhando o setor da construção e manutenção física das escolas, certamen-

te para ir ganhando terreno.

O plano de privatização de Tarcísio/Nunes não se encerra com o leilão de escolas. Aproveitaram o fim do processo eleitoral para, em novembro, dar uma arrancada. Assim, um dia após a venda de escolas, aconteceu o leilão da rodovia “Rota Sorocabana”. Dois dias depois, 1º de novembro, foi a vez do serviço de loteria do estado. Dia 4, segundo lote de escolas. Encerra o mês, dia 28, com o lote da Nova Raposo. Não por acaso, declarou ao bater o martelo da venda de escolas públicas: “é preciso ter energia”. Isso em um claro gesto de que é preciso ter força para pôr em prática o plano privatista. Vendeu a Sabesp, linhas da CPTM, escolas e rodovias, em pouco mais de um ano e meio de governo. Tem ainda pela frente a privatização total do Metrô. Como se vê, está depenando tudo que é público no estado de São Paulo.

As vítimas das privatizações

As consequências das privatizações dos serviços públicos recaem inteiramente sobre a população pobre. Com a venda da Enel, as tarifas de energia elétrica foram às alturas e as condições cada vez mais precárias com os constantes apagões. Com a privatização de linhas da CPTM, os atrasos e quebras de trens são frequentes. Com a entrega da Sabesp, o preço da água e a sua falta nas torneiras já se tornaram uma rotina. Com a venda de escolas, os problemas de construção e manutenção vão também se agravar. Isso sem falar das demissões de funcionários públicos e contratação de trabalhadores terceirizados, com salários miseráveis.

Tarcísio e Nunes se livram da responsabilidade de manter os serviços públicos com as privatizações/PPIs. As empresas enchem os bolsos com o dinheiro repassado pelo governo e nunca cumprem o que está no contrato, basta ver o que ocorre com a Enel. Os governadores e prefeitos impulsionam as privatizações ancorados no governo federal. O BNDES, sob o controle do governo Lula, é o grande avalista do plano de privatização de Tarcísio. Com diferenças de tons e ritmos, a privatização é a política de todo o governo burguês, que tem de priorizar o pagamento da dívida pública.

As justificativas governamentais para a privatização, em um primeiro momento, alimentam ilusões na população de que os serviços podem melhorar. Contam para isso com uma poderosa campanha nos meios de comunicação, que ressaltam os supostos benefícios que podem trazer a privatização de serviços essenciais. Desorganizada, a população não tem como reagir para expressar o seu descontentamento, como se passa com os apagões da Enel e Sabesp, para citar dois exemplos.

Suspensão do leilão não significa derrota do governo

Temporariamente, a diretoria da Apeoesp ganhou na Justiça a decisão de suspensão do leilão de escolas públicas. Trata-se de uma decisão provisória, que foi assentada no argumento de que não se pode separar a privatização do espaço físico da questão pedagógica. Tarcísio prontamente respondeu que tomará as “medidas cabíveis”.

Esse jogo é bem conhecido. Por várias vezes, o leilão da Sabesp foi suspenso, mas a força do poder executivo sobre o Judiciário deu ganho de causa ao governo Tarcísio. O mesmo vem ocorrendo com a implantação das escolas cívico-militares em São Paulo, que se encontra interrompida por uma ação judicial, mas que logo mais retomará.

A política das direções sindicais, de judicialização da luta, só tem trazido derrotas para os trabalhadores. Ao substituir os métodos próprios dos explorados e conduzir o movimento para a Justiça, as direções acabam quebrando a disposição de luta dos trabalhadores. O exemplo do movimento contra a privatização da Sabesp e do Metrô é recente. As direções suspenderam a greve e as manifestações de ruas e apostaram as fichas nas decisões judiciais e parlamentares, e o resultado foi a pri-

vatização. A direção da Apeoesp há muito vem fazendo a mesma política. E os professores estão cada vez mais acumulando derrotas e se tornando céticos em relação ao sindicato.

Intervenção da Corrente Proletária contra a privatização

O trabalho junto aos professores nas escolas tem sido fundamental, para que as posições contrárias à privatização ganhem força, portanto se opondo à política da direção da Apeoesp, que se coloca em palavras contra a privatização, mas rejeita convocar uma assembleia para organizar a resistência ao plano privatista de Tarcísio/Nunes.

Na manifestação de 29 de outubro, a Corrente Proletária defendeu que a Apeoesp fizesse um chamado aos sindicatos da educação, que inclui o Sinpeem, às entidades estudantis e ao movimento popular para uma assembleia unificada para combater de conjunto todo o plano de privatização de Tarcísio. Defendeu, também, que as centrais sindicais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, contra as privatizações. Ressaltou que a luta contra o leilão de escolas públicas não pode se limitar à educação. E que é preciso a unidade dos trabalhadores, com seus próprios métodos de luta. Os militantes distribuíram o Manifesto e divulgaram o Jornal Massas e o recente livro sobre “A Concepção Materialista da Questão Judaica”.

Até o momento, a direção da Apeoesp não convocou a assembleia, apesar do discurso inflamado de Maria Izabel prometer a greve. Cabe à Corrente Proletária e à vanguarda consciente combater a política de conciliação de classes da direção da Apeoesp e ressaltar que somente a luta unitária, grevista e nas ruas poderá derrotar o plano privatista dos governos burgueses.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionais.

